

## **Prestação de Contas 2010**

### **Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados**

#### **8.2.1 – Disposições do POCAL derogada:**

Por questões técnicas (ausência do módulo de contabilidade de custos do programa disponibilizado pela AIRC) não foi possível implementar a Contabilidade de Custos.

#### **8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:**

No exercício de 2010 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, nas ópticas patrimonial e orçamental.

#### **8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:**

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objecto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos os valores unitários não ultrapassem 80%

do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respectivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

#### **8.2.5 – Situações especiais que afectam o resultado do exercício:**

No exercício de 2010, as receitas obtidas e contabilizadas nas rubricas orçamentais “Conservação e Tratamento de Esgotos” – (Saneamento) no montante de 182.700,83 €, e “Recolha e Tratamento de Lixo” no montante de 537.744,83 €, respectivamente, resultaram, em parte, de proveitos incorridos no exercício económico de 2009. Foram registados na conta 797 – correcções relativas a exercícios anteriores, valores respeitantes a saneamento [68.152 €] e lixos [192.618 €]. A concessionária ÁGUAS DO LENA, S.A., regularizou a sua dívida perante a autarquia no montante de 260.769,98 € relativamente ao exercício de 2009 e 210.316,79 € do exercício de 2010, sendo os reportados valores contabilizados na conta 7240401230601 – conservação e tratamento de esgotos e na conta 7240401239901 – recolha e tratamento de lixos.

No que diz respeito às rendas de concessão das águas (ÁGUAS DO LENA, S.A.), os valores das mesmas foram contabilizadas como proveito do exercício de 2010 na conta 73901 “Concessão Águas” pelo valor de 99.859 €.

Com a celebração do finance project em aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, a concessionária regularizou toda a dívida em trânsito (2009 e 2010), no montante de 243.014,30 € e pagou uma renda de concessão no valor de 210.735,70 € que diz respeito à extensão de 8 anos de contrato de exploração.

Outro facto que interessa relevar, diz respeito às comparticipações familiares dos ATL´s, cuja cobrança está a cargo da ISERBATALHA, mas que constitui receita municipal. As receitas apuradas a título da componente das comparticipações familiares, referente às refeições das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância do ano de 2009, no montante global de 93.567,56 €, foram reflectidas no exercício de 2010, na conta patrimonial 797 “Correcções Relativas a anos anteriores”. As refeições escolares do 1º semestre de 2010 no montante de 51.968,61 €, foram registadas na conta 71207020801, constituindo proveito do exercício em análise. Os valores do 2º semestre [53.136,58 €], foram contabilizados como acréscimo de proveitos.

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo.

Mediante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2010, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava uma exploração deficitária, em algumas actividades cujas competências foram delegadas pela Autarquia, cujo resultado negativo (global) era de 153.387,07 €. Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2010 no montante acima mencionado, tendo sido aprovada uma subvenção financeira no reportado valor, por deliberação nº 2011/0172/DAG/DFP (SOC).

### 8.2.6 - Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efectuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

#### Explicações dos movimentos nas contas:

- ✓ Outras aplicações financeiras - Não se efectuaram movimentos na conta em questão
- ✓ Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), refere-se aos título de CaixaGEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Activos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas.*
- ✓ Fundo Patrimonial – Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	50.899.719,16			50.899.719,16
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.088,82			
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115.000,00			
577 - Reservas decorrentes de transferências de activos				
59 - Resultados Transitados	-4.441.900,64	38.856,45		
88 - Resultado Líquido do Exercício	-582.476,42		1.338.030,06	
Total	45.953.253,28	38.856,45	1.338.030,06	44.654.079,67

O PRESIDENTE DA CÂMARA

António José Martins de Sousa Lucas